



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
PSF APOLÔNIO SALES – MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/PE

1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade analisar a necessidade e justificar a contratação de empresa especializada em engenharia para execução das obras de Reforma e Ampliação da Unidade Básica de Saúde – PSF Apolônio Sales, no Município de Petrolândia/PE, conforme diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.2 A intervenção compreende a execução de serviços de engenharia voltados à requalificação e ampliação da unidade de saúde existente, incluindo:

- reforma geral da edificação atual, com adequações estruturais, funcionais e de acabamento;
- ampliação da unidade com aumento das dimensões dos ambientes existentes;
- criação de novos ambientes, incluindo sala de reunião e sala de esterilização, em conformidade com as exigências sanitárias e operacionais;
- implantação de pátio destinado à prática de atividades físicas, voltado às ações de promoção da saúde;
- execução de obras complementares necessárias ao pleno funcionamento da unidade.

1.3 O empreendimento integra as ações de melhoria da infraestrutura pública de saúde, contribuindo para a qualificação da atenção básica, ampliação da capacidade de atendimento e fortalecimento das políticas públicas de promoção, prevenção e assistência à saúde no âmbito municipal.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação tem por objeto a Reforma e Ampliação da Unidade Básica de Saúde – PSF Apolônio Sales, a ser executada no Município de Petrolândia/PE.

2.2 A intervenção visa adequar e expandir a estrutura física da unidade existente, promovendo melhores condições de atendimento à população, bem como assegurando maior eficiência na prestação dos serviços de saúde.



2.3 A unidade atualmente apresenta limitações em sua configuração física, com ambientes subdimensionados e ausência de espaços adequados para determinadas atividades técnicas e administrativas, o que compromete o pleno funcionamento das equipes de saúde e a qualidade do atendimento prestado aos usuários.

2.4 Nesse contexto, a execução da reforma e ampliação do PSF Apolônio Sales permitirá:

- ampliar e adequar os espaços físicos existentes;
- implantar novos ambientes essenciais, como sala de reunião e sala de esterilização;
- melhorar as condições de trabalho das equipes de saúde;
- proporcionar maior conforto, segurança e acessibilidade aos usuários;
- viabilizar a realização de atividades coletivas e ações de promoção da saúde por meio da implantação de pátio para práticas físicas;
- adequar a unidade às normas sanitárias e técnicas aplicáveis.

2.5 A implantação de área externa destinada à prática de atividades físicas contribuirá diretamente para o desenvolvimento de ações preventivas, promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população atendida, em consonância com as diretrizes da atenção primária à saúde.

2.6 Dessa forma, a intervenção proposta atende ao interesse público ao promover a requalificação da infraestrutura de saúde existente, ampliar a capacidade de atendimento da unidade e garantir melhores condições de funcionamento dos serviços ofertados à população.

3. DA ADEQUAÇÃO LEGAL

3.1 Todo o processo de contratação seguirá as disposições estabelecidas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

4. DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1 A contratação de empresa especializada para execução da Reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde - PSF Apolônio Sales, encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Administração Municipal e está prevista no Plano de Contratações Anual, nos termos da legislação municipal aplicável.



4.2 A intervenção integra o conjunto de ações voltadas à melhoria da qualidade dos serviços de saúde no município, por meio do fortalecimento da infraestrutura física das unidades de atendimento.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação e no Projeto Básico.

5.2 Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

5.3 Apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove experiência em obras similares, devidamente registrado no CREA ou CAU;

5.4 Disponibilidade de equipe técnica qualificada, incluindo engenheiro civil responsável pela obra;

5.5 Proposta orçamentária detalhada, baseada nos itens do projeto executivo;

5.6 Atendimento aos padrões de qualidade e normas técnicas exigidas;

5.7 Cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução estabelecido no edital;

5.8 Garantia de execução da obra por meio de caução ou seguro-garantia.

5.9 A contratação deverá se dar através de Concorrência Eletrônica.

5.10 O objeto a ser contratado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, poderá ter prorrogação contratual para além da vigência prevista, desde juridicamente motivado.

5.11 Como requisitos em sentido amplo, a contratação deve contemplar o seguinte:

5.11.1 Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto; 5.2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

5.11.2 Dimensionar corretamente a quantidade de produtos (número de itens a serem adquiridos, etc.) e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recursos possível;

5.11.3 Durante a execução do serviço, a empresa contratada deverá: Se responsabilizar pelo transporte dos itens adquiridos;

5.11.4 Cumprir todas as obrigações constantes nestes estudos preliminares, nos documentos que acompanharão o processo e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.11.5 A CONTRATADA deverá realizar a prestação dos serviços especificados no Projeto Básico;

5.11.6 A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, os materiais, as peças, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução e a conclusão dos serviços;

5.11.7 A CONTRATADA deverá prestar diretamente os serviços, não podendo transferir a responsabilidade pelo serviço prestado demandado para outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

5.12 Da Forma de Solicitação do Objeto/Serviço:

Solicitação se dará via ordem de serviço enviada por e-mail conforme necessidade do serviço.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1 O prazo estimado para execução da obra será de 06 (seis) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada.

7. LOCAL DE EXECUÇÃO

7.1 Os serviços serão executados no Projeto Apolônio Sales, s/n, zona rural, Petrolândia-PE.

8. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O valor estimado para execução da obra é de **R\$ 474.401,56** (Quatrocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e seis centavos).

8.2 A estimativa foi elaborada com base nos quantitativos constantes no Projeto Executivo, adotando-se como referência principal o SINAPI – Março de 2026; Orse - Fevereiro 2026 ; SBC - 02/2026; SEINFRA 028.



8.3 Para itens não contemplados no SINAPI foram utilizadas outras fontes admitidas pelo art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Compõem o orçamento da obra:

- Planilha Orçamentária Sintética
- Composições Analíticas
- Composição do BDI
- Composição de Encargos Sociais
- Curva ABC de serviços
- Cronograma Físico-Financeiro

9. ANÁLISE DE RISCOS

A contratação envolve riscos técnicos, financeiros, jurídicos e ambientais que devem ser gerenciados durante a execução contratual.

9.1 Riscos Técnicos

- execução de serviços em desacordo com o projeto;
- utilização de materiais de baixa qualidade;
- falhas na execução estrutural ou do telhado.

9.2 Riscos Financeiros

- necessidade de aditivos contratuais;
- aumento de custos decorrente de alterações de escopo;
- dificuldades financeiras da empresa contratada.

9.3 Riscos de Cronograma

- atrasos decorrentes de condições climáticas;
- dificuldades logísticas para execução da obra;
- atraso no fornecimento de materiais.

9.4 Riscos Jurídicos e Contratuais

- descumprimento de obrigações contratuais;
- irregularidades trabalhistas da contratada;
- litígios administrativos ou judiciais.



9.5 Riscos Ambientais

- geração inadequada de resíduos da construção civil;
- interferências no solo e drenagem.

10. MEDIDAS MITIGADORAS

Para reduzir os riscos identificados serão adotadas as seguintes medidas:

- elaboração de projeto executivo detalhado;
- exigência de atestados de capacidade técnica;
- acompanhamento da obra por fiscal técnico designado;
- exigência de garantia contratual;
- fiscalização contínua da execução dos serviços.

11. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

11.1 Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade.

Entretanto, no presente caso, o parcelamento não se mostra tecnicamente viável, uma vez que os serviços relativos à reforma e ampliação apresentam interdependência técnica e operacional, devendo ser executados de forma integrada, sob uma única responsabilidade contratual.

A fragmentação da contratação poderia comprometer:

- a compatibilidade técnica entre as diversas etapas da obra;
- a adequada definição de responsabilidades pela execução;
- a eficiência na gestão e fiscalização contratual;
- o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Dessa forma, recomenda-se a contratação do objeto em lote único, com critério de julgamento pelo menor preço global, garantindo maior competitividade e simplicidade no processo licitatório. Ressalta-se, contudo, que o regime de execução adotado será o de empreitada por preço unitário, tendo em vista que os serviços envolvidos apresentam variabilidade quantitativa, sendo mais adequado o pagamento conforme as quantidades efetivamente executadas, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.



Tal modelagem permite maior precisão na medição dos serviços, melhor controle técnico da execução e mitigação de riscos relacionados a eventuais divergências entre quantidades estimadas e executadas, sem prejuízo da vantajosidade da contratação.

12. DA INVERSÃO DAS FASES DA CONCORRÊNCIA

A inversão das fases da concorrência pública está prevista no **art. 17 da Lei nº 14.133/21** e permite que a antecipação da análise de habilitação garanta que somente empresas efetivamente aptas possam participar da fase de lances, resguardando o município contra atrasos, problemas contratuais ou execuções inadequadas. Para a contratação da Reforma e Ampliação da Unidade Básica de Saúde - PSF Apolônio Sales no município de Petrolândia-PE, essa estratégia é justificável pelos seguintes motivos:

1. Eficiência e Celeridade no Processo

A análise inicial dos documentos de habilitação garante que somente empresas aptas e qualificadas, tanto técnica quanto juridicamente, participem efetivamente da disputa. Isso reduz a possibilidade de propostas economicamente vantajosas serem desclassificadas posteriormente por falta de regularidade documental.

2. Garantia de Conformidade Legal

A inversão atende aos princípios da eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/21. Além disso, assegura que o processo respeite os critérios de isonomia e julgamento objetivo.

3. Alinhamento com o Interesse Público

Considerando o impacto positivo que a reforma e ampliação, a celeridade proporcionada pela inversão das fases contribui para atender rapidamente às demandas locais, promovendo a melhoria da infraestrutura e qualidade de vida.

4. Mitigação de Riscos Jurídicos e Financeiros

A análise das propostas antes da habilitação permite selecionar a oferta mais vantajosa com base em critérios objetivos, reduzindo o risco de impugnações e questionamentos no processo. Além disso, evita a adjudicação para empresas com propostas que possam ser desclassificadas por irregularidades na documentação.

Resultados Esperados

- **Celeridade na execução da obra:** Com a escolha mais rápida do vencedor, os prazos de execução do contrato poderão ser iniciados dentro do cronograma estabelecido.



- **Eficiência no uso de recursos públicos:** A otimização do processo garante que os esforços administrativos se concentrem na proposta mais vantajosa.
- **Transparência e segurança jurídica:** A inversão das fases, devidamente justificada, assegura a lisura do certame e reforça a confiança no processo licitatório.[]

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após análise técnica e avaliação detalhada das necessidades do Município de Petrolândia-PE, a contratação de empresa especializada para a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde - PSF Apolônio Sales é declarada viável.

Essa contratação atende a todos os critérios técnicos, econômicos e legais previstos pela **Lei nº 14.133/21** e possui justificativas sólidas, conforme descrito:

1. Necessidade Identificada

- ✓ A necessidade de melhoria da infraestrutura da Unidade Básica de Saúde – PSF Apolônio Sales, com ampliação dos ambientes e adequação dos espaços físicos para melhor atendimento à população
- ✓ A intervenção visa fortalecer a atenção básica, requalificar a unidade existente e melhorar a qualidade dos serviços de saúde ofertados à população local

2. Viabilidade Técnica

- ✓ O projeto executivo elaborado, juntamente com o cronograma físico-financeiro, assegura a execução eficiente da obra dentro do prazo estimado de 6 meses.
- ✓ As especificações técnicas adotadas atendem aos padrões normativos de engenharia, acessibilidade, segurança e exigências sanitárias aplicáveis a unidades de saúde

3. Viabilidade Econômica

- ✓ O custo estimado de **R\$ 474.401,56** (Quatrocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e seis centavos) está baseado em fontes de referência confiáveis, como o SINAPI, ORSE, SBC e SEINFRA CEARÁ em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021
- ✓ A execução será realizada sob o regime **empreitada por preço unitário** com critério de julgamento pelo menor preço global, permitindo maior precisão nas medições e mitigação de riscos relacionados a variações quantitativas



4. Viabilidade Jurídica

- ✓ O processo licitatório será conduzido em conformidade com os princípios da legalidade, transparência, economicidade e eficiência, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
- ✓ A adoção da inversão das fases licitatórias será considerada, conforme previsto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021, visando maior celeridade e competitividade ao certame

5. Impacto Positivo no Interesse Público

- ✓ O projeto reforça o compromisso da Administração com a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, proporcionando melhores condições de atendimento, trabalho das equipes e conforto aos usuários
- ✓ Os benefícios sociais decorrentes da ampliação da unidade, incluindo a implantação de espaços adequados e área para atividades físicas, justificam plenamente o investimento público

Dessa forma, a contratação é considerada técnica, econômica e juridicamente viável, atendendo ao interesse público e aos objetivos estratégicos da gestão municipal. A presente declaração reforça o compromisso da Administração com a transparência, eficiência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

14. EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Petrolândia/PE, 22 de Abril de 2026.

Cecilia Rafaely Delgado Lima

Requisitante

Matrícula 31822

Antônio Victor de Souza Barros

Engenheiro Civil

CREA PE Nº 1818847442 PE